

ALTO RIO NEGRO

# Indígenas assumem economia

Divulgação

**FAMÍLIAS ESTÃO SENDO PREPARADAS PARA DEFINIR ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS DE MANEIRA PLANEJADA PARA NÃO AFETAR O MEIO AMBIENTE**

As 160 famílias de 13 comunidades indígenas de uma faixa do Rio Negro (AM) começam a construir um novo enredo na história desses povos. Mobilizadas pela Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu (ACIPK) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), as famílias estão sendo preparadas para assumir a gestão ambiental das suas terras e, a partir dela, definir as atividades econômicas sustentáveis que desenvolverão de forma planejada.

A primeira grande avaliação sobre o projeto de gestão ambiental aconteceu de 1º a 3 deste mês, quando um seminário, realizado na

**"TER CONHECIMENTO DESSES DADOS ERA UMA NECESSIDADE PARA SE PENSAR O FUTURO DA REGIÃO"**

GERSEN LUCIANO, gerente do PDPI

que essas populações habitam.

O trabalho desenvolvido nos últimos cinco meses, sob a orientação dos técnicos Carlos Durigan e Sully Sampaio, teve a participação direta das famílias e dos capitães desses núcleos. O estudo identificou 943 moradores na área Putira Kapuamu, sendo 504 homens e 439 mulheres, distribuídos em 15 etnias. A comunidade Ilha das Flores é a maior delas, com 20 famílias e 132 indivíduos e a de Sarapó, com 45 pessoas e seis famílias, a menor. Do total de moradores 358 são da etnia baré (a mais numerosa delas nesse espaço), existem outras menores entre as quais a tuiuka, que aparece com nove pessoas.

**RECURSOS X EXPLORAÇÃO**

A madeira e a farinha são os principais produtos comercializados pelas comunidades. A madeira beneficiada gerou recursos aproximados de valor de R\$

160 mil, e a farinha de R\$ 35 mil, seguidos da pesca, R\$ 12,5 mil; açaí, R\$ 8 mil, e madeira para beneficiar, R\$ 4,2 mil (esses

são valores médios obtidos no ano de 2001, de acordo com os dados preliminares do diagnóstico).

Entre as plantas cultivadas nos quintais foram identificadas 77 espécies utilizadas como alimento e 51 para fins medicinais. As mais abundantes são açaí, ingá e cupuaçu. Nos roçados estão sendo cultivadas 51 espécies com destaque para mandioca, pimenta, banana, caju e cana-de-açúcar.

No item extrativismo animal, 59 espécies são utilizadas, dentre



**ENCONTRO** Na Ilha das Flores, em São Gabriel da Cachoeira, índios realizaram a Festa do Dabururi, durante o seminário que reuniu lideranças

essas destacam-se, por ordem de importância, a anta, caititu, paca, cutia, jabuti, jacu, mutum, papagaio, queixada, inambu. Da fauna aquática as espécies mais exploradas são anujá, mandubé, aracu, acará, daquiri, jandiá, iriaruca, traíra, tucunaré e pirandira.

O uso indiscriminado desses recursos, reconhecem os indígenas, ameaça a existência deles. Nos questionários que responde-

ram para a elaboração do diagnóstico, as comunidades identificam que anta, paca, cutia e inambu são cada vez mais difíceis de ser encontradas e a madeira torna-se escassa.

O plano de gestão que está sendo elaborado dentro de um modelo participativo vai permitir às comunidades se organizarem, determinar como utilizar os recursos disponíveis e quais os investi-

mentos que deverão ser feitos para manter a área produtiva.

"Ter conhecimento desses dados era uma necessidade para se pensar o futuro da região", diz o gerente técnico do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), Gersen dos Santos Luciano. "Até hoje, os projetos passavam por essas comunidades em direção à cabeceira dos rios enquanto as comunidades apenas

olhavam os barcos seguindo em frente", explica o gerente técnico ao falar sobre o esquecimento ao qual essa população foi submetida. A comunicação é uma entre tantas dificuldades. Está sendo feita por meio do contato com passageiros do transporte fluvial e por um serviço de radiofonia mantido pela Foirn. O PDPI é um dos programas que está apoiando a proposta da ACIPK/Foirn.

**"O QUE ILHA DAS FLORES SIMBOLIZA, COM ESSE ENCONTRO, É UM TRABALHO GRANDE E INÉDITO QUE TERÁ IMPORTANTE REPERCUSSÃO PARA TODAS AS COMUNIDADES INDÍGENAS DO RIO NEGRO"**

ORLANDO DE OLIVEIRA, presidente do Foirn

Euzivaldo Queiroz - 15/mov/1999



**PERSPECTIVA** Integrantes de 22 etnias estão representados na federação, que fortalece o movimento indígena na Região Amazônica

## Espaços retomados por associações

Criada em 1987, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) é uma das maiores representações do movimento indígena na Amazônia, congregando 49 afiliadas que representam 30 mil indígenas de 22 etnias. Ao propor um projeto na área de gestão ambiental, em parceria com a ACIPK, a federação inaugura uma outra dimensão na sua forma de atuar, buscando fortalecer as atividades desenvolvidas pelas associações e ela vinculadas. "O que Ilha das Flores simboliza, com esse encontro, é um trabalho grande e inédito que terá importante repercussão para todas as comunidades indígenas do rio Negro", diz Orlando José de Oliveira, 50, presidente da Foirn. Para ele, a tarefa de

agora é levar adiante o que a ACIPK inaugurou e fazer com que a experiência dessa associação tenha efeito multiplicador junto às demais. "Nosso grande problema é criar alternativas econômicas que nos garantam qualidade de vida", afirma, alertando que se não houver sensibilização quanto a essa necessidade, o futuro dos povos indígenas será triste. "O que está sendo construído pela ACIPK é um primeiro passo, seguro, do que podemos fazer." A Foirn possui 25 funcionários efetivos e um orçamento de R\$ 8 milhões, dos quais R\$ 5,1 milhões por meio do convênio na área da saúde, para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) que atua com uma equipe de 227 pessoas. Atualmente, a diretoria da federação está discutindo a

possibilidade de vir a mudar o estatuto, visando criar espaço para que a Foirn possa ter fins lucrativos, o que hoje é proibido. As discussões são iniciais e a proposta vai ser avaliada por uma assessoria técnica nessa área. Para Orlando, a criação da federação é uma resposta clara contra a tutela. "No Rio Negro assumimos uma posição contra esse sistema e é assim que queremos nos manter, avançando nas nossas possibilidades de formalizar parcerias, gerar oportunidade e apresentar soluções boas para os diferentes povos que vivem nessa região."

**REANIMAÇÃO**

Presidida pelo tucano Renato da Silva, 46, a ACIPK, ao apresentar à Foirn uma proposta de Diagnóstico Etno-Ambiental, depois aprovada pelo MMA/FNMA, retomou um espaço decisivo para o trabalho das comunidades indígenas da Calha do Rio Negro. A realização do estudo mobilizou

comunidades e permitiu que as famílias se reencontrassem para discutir questões importantes, como a de planejar o futuro. O vice-presidente da ACIPK e coordenador do projeto, Tarcísio dos Santos, 23, e o secretário da organização, Alvací da Costa Mendes, foram responsáveis para que as comunidades e os capitães se animassem com o trabalho. O resultado foi um levantamento inédito com muitas informações sobre a área Putira Kapuamu e as pessoas que nela vivem. "Aprendemos a compreender um pouco mais o espaço no qual nos situamos e isso nos faz mais fortes", frisa Tarcísio, ao se referir ao trabalho desenvolvido que, nos mostrou um dado certo, o de que não podemos continuar agindo como antes, pois, os recursos são cada vez mais escassos. A ACIPK abre, hoje, trilhas para construir um outro caminho, buscando afastar o fantasma da miséria e da dependência.

## Fundo dá chance às comunidades

Financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), o Diagnóstico Etno-Ambiental do Alto Rio Negro é um dos 18 projetos aprovados para a área indígena pelo Governo Federal. Desse total, sete estão na Amazônia, sendo dois no Amazonas. Além do rio Negro, os rios, do Município de Autazes, desenvolvem proposta idêntica. Cada projeto receberá cerca de R\$ 80 mil do FNMA para implementar o plano. O do rio Negro é o que está mais avançado devendo, além do Plano de Gestão, gerar uma cartilha etno-ambiental a ser utilizada tanto pelas comunidades quanto pelas escolas da região.

"Acompanhar um encontro como esse realizado na Ilha das Flores, onde se percebe a participação ativa das comunidades na proposta, é algo gratificante", disse a ex-coordenadora de Carteira de Educação Ambiental do FNMA, Danielle Martins. Formada em Agronomia, Danielle acompanha os projetos desde o início de implementação da proposta pelo Governo Federal. Ela representou o MMA/FNMA no seminário de Ilha das Flores, nos dias 1, 2 e 3. Atualmente, ela responde pela Coordenadoria de Comunicação do fundo, que vai destinar, em sua segunda fase, R\$ 3 milhões para os projetos de Gestão Ambiental em terras indígenas.

"Para nós, essa é uma experiência piloto", disse Danielle, elogiando a articulação que as comunidades indígenas de São Gabriel (região Putira Kapuamu) conseguiram construir. "Saio daqui otimista em relação aos frutos que o trabalho ora iniciado poderá gerar", declarou a técnica.

**APRENDIZADO**

Representantes de várias organizações indígenas participaram do seminário de Ilha das Flores, a convite da ACIPK. Estiveram presentes dirigentes da Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro (Ociarn), Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro (Acirne), Associação das Tribos do Alto Rio Tiquié (Atriari) e do Conselho Indígena Murá (CIM).

A presença dessas lideranças representa um dado particular dentro do projeto do Diagnóstico Etno-Ambiental do Alto Rio Negro: partilhar experiências e buscar envolver outras comunidades e outros povos para que, a partir da realidade em que estão inseridos, formulem suas propostas. Essa iniciativa dá à proposta um caráter multiplicador.

O vice-coordenador geral do CIM, Altino da Silva Barboza, 43, disse que ficou assustado com as fortes corretezas do rio Negro, bastante encachoeirado nessa região. Mas animou-se ao conhecer outros parentes e uma área onde "a pobreza não deveria existir". Em Autazes, os rios, de acordo com Altino, têm que enfrentar uma pressão muito mais forte por parte dos pecuaristas que retalharam as terras indígenas.

O Diagnóstico Etno-Ambiental da área envolve três comunidades (São Pedro, Trincadeira e Nova Vida), 56 famílias e 353 pessoas. Só em Autazes vive uma população de 6,8 mil muras. "Enfrentamos uma luta desigual e, vendo os parentes do rio Negro, o potencial que têm nos sentimos animados a seguir em frente e, ao mesmo tempo, falar para nossos irmãos dessa outra área o quanto é importante identificarmos saídas econômicas sustentáveis para assegurarmos um futuro digno", afirmou Altino.

Os técnicos Carlos Durigan, ecólogo, e Sully Sampaio, antropólogo, contratados para realizar o diagnóstico etno-ambiental, tinham um prazo de cinco meses para organizar a proposta e iniciar a execução. Ao definirem a metodologia optaram pela participação direta das 13 comunidades dentro da área de atuação da ACIPK. "O resultado foi muito bom, de um enorme aprendizado e muitas informações", afirmam. Dentro de dois meses, de acordo com os dois, o projeto do Plano de Gestão Ambiental deverá estar pronto. "Nossa expectativa é que esse instrumento dê o retorno desejado pelas comunidades", diz Durigan. Para Sampaio, se o trabalho realizado gerar tranquilidade às populações envolvidas com ele o resultado terá sido conquistado.